

## **FORMAÇÃO CONTINUADA NA *LIDA* DO POLICIAL CIVIL: estudo sobre as estratégias de formação continuada de policiais civis para o atendimento aos grupos vulneráveis**

Bárbara Aragão Teodoro Silva – UFMG

Este pôster apresenta um recorte da pesquisa de Mestrado, em desenvolvimento, intitulada “Formação Continuada na *Lida* do Policial Civil: Estudos sobre as estratégias de formação continuada de policiais civis para o atendimento aos grupos vulneráveis”. Essa pesquisa se propõe a discutir as condições de formação e aperfeiçoamento dos profissionais da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais (PCMG), ocorridas no contexto de trabalho e que os auxiliam no preparo para o atendimento aos grupos vulneráveis.

Na íntegra o trabalho aborda questões pertinentes à formação policial e as suas consequências no preparo deste grupo para atuar perante a sociedade. Visando identificar, na perspectiva dos sujeitos, os aspectos condicionantes, as possibilidades e as motivações que os permitem permanecerem se aperfeiçoando profissionalmente. Sem desconsiderar, entretanto, a relação de tais aspectos microscópicos da organização policial, das determinações macro, advindas das atuais Políticas de Segurança Pública e do próprio contexto histórico de formulação da Constituição Federal Brasileira.

Contudo, para fins deste pôster, serão apresentados alguns aspectos pertinentes ao atual contexto dos cursos de formação policial, em seguida, a proposta metodológica adotada na referida pesquisa e por fim algumas considerações sobre os cursos de formação continuada ofertados pela PCMG.

### **Reflexões sobre a formação policial**

Apesar da promulgação da Constituição Federal Brasileira ter ocorrido no ano de 1988, foi somente durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) que o tema Direitos Humanos entrou definitivamente para agenda política nacional. A participação do Brasil na Conferência Mundial dos Direitos Humanos em 1993 e o trauma causado pelo massacre em Eldorado dos Carajás (MESQUITA NETO & PINHEIRO, 1997) desencadearam na elaboração do primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1) em 1996<sup>1</sup>. E, em seguida, no ano 2000, a instituição do Plano Nacional de Segurança Pública.

---

<sup>1</sup> Seis anos depois, em 2002, ainda no governo FHC, foi lançado o PNDH-2. Atualmente, encontra-se em sua terceira versão, o PNDH-3 lançado em 2009 – governo do ex-presidente Lula (2003-2010).

Como consequência deste processo, em 2003, foi apresentada a “Matriz Curricular Nacional: Para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública” (SENASP, 2009). Com o objetivo de ser um referencial que orientasse os cursos de formação dos profissionais da área da segurança pública de todo país. Assim dizendo, sua principal característica:

[...] é ser um referencial teórico-metodológico para orientar as Ações Formativas dos Profissionais da Área de Segurança Pública – Polícia Militar, Polícia Civil e Bombeiros Militares – independentemente da instituição, nível ou modalidade de ensino que se espera atender (BRASIL, 2009, p.6).

Todavia, apesar dos cursos de formação seguirem as diretrizes dessa Matriz, que possui como um dos princípios éticos a *Compatibilidade entre Direitos Humanos e Eficiência Policial e Compreensão e valorização das diferenças*, a maioria desses cursos ainda permanecem arraigado à valorização de conteúdos ligados à cultura policial<sup>2</sup> tradicional e insipientes em conteúdos direcionados a formação para atendimento aos grupos vulneráveis e minorias. Ou seja, esses tendem a priorizar os aspectos legalistas do trabalho policial, com ênfase no combate ao crime, sem fomentar processos reflexivos condizentes com a realidade profissional. Assim como problematizado por Paula Poncioni (2005, p.592):

De um lado, dentro da organização, principalmente no período de treinamento, transmite-se a ideia do trabalho policial baseado essencialmente no controle do crime e no cumprimento da lei, com ênfase na importância de sua adesão às regras e procedimentos da organização para o controle do crime nos limites da lei [...]. De outro, fora da organização, ele se defronta com uma grande diversidade de situações com relação às quais tem de tomar constantemente decisões que não estão necessariamente de acordo com as diretrizes, procedimentos, ordens gerais, ou mesmo com os processos formais da legalidade, [...]

Ademais, após o processo de seleção e aprovação nos curso de formação, os recém-policiais são empossados e designados a trabalhar em diversas delegacias, onde se deparam com um universo já estruturado, no qual estão inseridos diversos outros profissionais, por conseguinte, diversos sujeitos com conhecimentos, experiências e práticas diferenciadas. Também se deparam com situações adversas e, em alguns casos, contrárias daquelas ensinadas pela academia de polícia. Neste contexto, os conhecimentos do curso de formação lhe parecem insuficientes, sendo comum os antigos policiais, ao receberem os novatos, ressaltarem a dicotomia entre

---

<sup>2</sup> Sobre Cultura Policial ver a dissertação de Barreto Junior (2009).

conteúdo teórico e a prática dizendo para “esquecerem tudo o que aprenderam, pois nas ruas e nas delegacias o mundo é outro” (BASTOS, 2008, p.70).

Somada a essa disparidade entre os conteúdos ministrados nos cursos e a aplicação prática, que parece refletir certa desconsideração com os Direitos Humanos, outros aspectos se fazem relevantes quando analisado o contexto de formação dos policiais. Dentre eles o processo de recrutamento, seleção e formação do corpo docente, uma vez que este, em geral, não privilegia na escolha critérios como a formação prévia e a experiência profissional. Assim como, a falta de mecanismos mais sistematizados e adequados e de avaliação dos cursos de formação, os quais assumem formatos diferenciados em cada instituição e/ou estado. Como esclarece Poncioni (p.26, 2007):

De modo geral, faltam às academias de polícia as ferramentas necessárias — recursos humanos e materiais — para uma reflexão mais aprofundada sobre a questão da formação do policial, a fim de incrementar um padrão de excelência no exercício cotidiano do trabalho dos membros desse grupo profissional específico.

## **Metodologia**

Diante do objetivo principal da pesquisa: *Identificar e analisar as estratégias de formação continuada mobilizadas pelos policiais civis, ocorridas no exercício de suas funções*, escolheu-se investigar a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) de Belo Horizonte.

O estudo será desenvolvido em um enfoque qualitativo. No entanto, a coleta de dados foi dividida em três momentos – levantamento de dados institucionais, questionários e entrevistas –, aliando procedimentos qualitativos e quantitativos que irão se complementar.

Na primeira etapa será realizado o levantamento de informações relativas à oferta de cursos e organização de eventos (simpósios, colóquio, palestras, dentre outros) direcionados a capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais, inclusive aqueles que ocorrem em parceria com outras instituições (Ministério da Justiça, Secretaria de Estado de Defesa Social, Universidades, etc.).

Serão priorizados os dados sobre cursos que abordem temáticas relacionadas aos Direitos Humanos e Grupos Vulneráveis, ocorridos nos últimos dez anos. No intuito de identificar a proporção entre a oferta e a procura dos policiais pelos cursos de formação, assim como, verificar a modalidade em que estes são ofertados (presenciais ou à distância) e as condições para a participação (facultativo ou obrigatório). Tais

dados serão obtidos através da Divisão Psicopedagógica da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais (ACADEPOL).

A segunda etapa destina-se a aplicação de questionários de perguntas fechadas (BABBIE, 1999) a todos os policiais lotados na DEAM, no intuito de traçar os perfis pessoais (sexo, idade, religião, escolaridade, raça), profissionais e dados sobre a participação em cursos de formação continuada destes policiais. Mais objetivamente, os questionários intencionam a compreensão de questões relativas a dados demográficos, formação escolar e acadêmica, cursos frequentados antes e depois da integração ao quadro de funcionários da Polícia Civil, condições que os permitem frequentar os cursos, atividades exercidas no trabalho, motivos de lotação na unidade, tempo de atuação profissional, relação com o público atendido, previsões para a carreira.

A partir das informações obtidas por meio dos questionários, a próxima etapa será dedicada a entrevistar um grupo de profissionais cujas funções estejam diretamente relacionadas ao fazer policial: delegado, escrivão e investigador de polícia. As entrevistas serão realizadas com o mínimo de dois representantes de cada um desses cargos, seguindo um roteiro de questões semiestruturadas (MINAYO, 2007). Neste contexto, estas serão um instrumento fundamental de coleta de dados, através da qual se pretende esclarecer, aprofundar e confrontar as informações fornecidas pelos questionários.

### **Considerações finais**

Como ressaltado no início, este trabalho apresenta, em termos gerais, a abordagem teórica e metodológica de uma pesquisa em andamento. Ressalta-se que somente foi iniciado o levantamento dos dados na ACADEPOL.

Em contato com os primeiros materiais, observa-se os principais cursos de formação continuada ofertados pela ACADEPOL, sendo eles o Curso de Aperfeiçoamento Policial e o Curso de Preparação Para Chefia Policial, sofreram alterações quanto a modalidade e grade curricular, indicando uma aproximação aos critérios apontados na Matriz Curricular e um aprimoramento do processo de avaliação dos discentes.

Esses, anteriormente ofertados à distância, passaram a ser ofertados na modalidade presencial<sup>3</sup>, com duração de 136 horas/aula e possuem como critérios para

---

<sup>3</sup> Para policiais lotados na cidade de Belo Horizonte e Região Metropolitana.

conclusão a aprovação em uma prova final e a entrega de um trabalho acadêmico. Houve ainda uma maior sistematização da grade de disciplinas, que são divididas em cinco eixos principais: Cotidiano e Prática Reflexiva; Violência, crimes e controle social; Funções, técnicas e procedimentos em segurança pública; Sistemas, instituições e gestão integrada em segurança pública; Comunicação, informação e tecnologias em segurança pública.

No entanto, no que se refere aos conteúdos direcionados aos grupos vulneráveis, somente no Curso de Preparação Para Chefia Policial, ofertado aos policiais dos últimos níveis da carreira, são contempladas disciplinas específicas – Grupos Vulneráveis, LIBRAS e Humanização do Atendimento às Vítimas de Violência Sexual.

### **Bibliografia**

BABBIE, Earl R; CEZARINO, Guilherme. *Métodos de pesquisas de Survey*. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 519 p.

BARRETO JUNIOR, Jesus Trindade. *Pedagogia da mediação de conflitos versus razão persecutória: uma discussão sobre a lógica, o ethos e as perspectivas emancipatórias do policial de investigação criminal em Minas Gerais*. 2009. 198p. Dissertação de Mestrado. FAE/UFMG, Belo Horizonte. 2009

BASTOS, E. A. *A formação profissional de policiais de investigação criminal (delegados e detetives): estudos dos currículos da Academia de Polícia Civil de Minas Gerais de 1985 a 2002*. 2008. 106p. Dissertação de Mestrado – FAE/UFMG, Belo Horizonte. 2008.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Matriz Curricular Nacional em Movimento*. Brasília: SENASP, 2009.

MINAYO, M. C. B S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. RJ: Vozes, 2007. 108 p.

MESQUITA NETO, P.; PINHEIRO P. S.. Programa Nacional de Direitos Humanos: avaliação do primeiro ano e perspectivas. *Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. Universidade de São Paulo, 11:30, 117-134.

PONCIONI, Paula. O Modelo Policial Profissional e a Formação Profissional do Futuro Policial nas Academias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v.20, n.3, set/dez. 2005. p.585-610.

PONCIONI, Paula. Tendências e desafios na formação profissional do policial no Brasil. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, Ano 1, Ed. 1. 2007.